

RECOMENDAÇÃO N.º

“Por um Acolhimento Digno dos Turistas Itinerantes na Cidade de Lisboa”

Considerando que:

1. O número de autocaravanas e “carrinhas” parqueadas junto ao Rio Tejo, na zona de Santos, tem vindo a aumentar consideravelmente;
2. Esta situação, que já se verificou na zona do Padrão dos Descobrimentos, tem vindo a provocar cenários de insegurança, bem como de acumulação de lixo, tornando um lugar apetecível num local sujo e inseguro;
3. O terreno em causa indevidamente ocupado, inserido na freguesia da Estrela está sob a gestão da Administração do Porto de Lisboa (APL), sendo quotidianamente utilizado como estacionamento de longa duração;
4. Esta situação da ocupação indevida tem motivado várias queixas de munícipes, em particular dos proprietários dos estabelecimentos da área envolvente;
5. O anúncio de que a área em questão passou a integrar a partir de 1 de Fevereiro de 2018 o contrato interadministrativo celebrado entre a APL e a EMEL, e que, por isso, a área será explorada com a actividade de estacionamento tarifado, não resolve o problema da falta de regulamentação específica para o estacionamento de autocaravanas na Cidade de Lisboa e da inexistência de infra-estruturas mínimas oferecidas aos autocaravanistas que chegam à cidade;

6. É da competência dos municípios o licenciamento de acampamentos ocasionais fora dos locais adequados à prática do campismo e do caravanismo, bem como da aplicação das coimas a quem não cumpre o regulamento;
7. Na cidade de Lisboa, existe um único parque de campismo localizado em Monsanto com 171 alvéolos, onde é permitido às autocaravanas poderem pernoitar e ter acesso a água e electricidade;
8. Em 2015, no âmbito do orçamento participativo foi vencedor o projecto nº81 com 588 votos que consistia, num parque para autocaravanas;
9. Em Janeiro de 2016, nas comemorações do 75º aniversário do Clube de Campismo de Lisboa, o Sr. Vereador do Pelouro do Desporto à data, anunciava que “brevemente iriam ser entregues ao Clube de Campismo de Lisboa as chaves do parque de campismo frente à sua sede, permitindo satisfazer uma velha aspiração do clube em transformar aquele espaço num local para acolhimento de autocaravanistas que chegam à cidade”;
10. O autocaravanismo, expressão moderna do turismo itinerante e da natureza, é um mercado em crescimento;

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão Ordinária de 08 de Maio de 2018 delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido da Terra – MPT, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:

1. Criar um Parque infra-estruturado destinado exclusivamente às autocaravanas que, no seguimento do projecto vencedor do Orçamento participativo de 2015, garanta plataformas de apoio e áreas de pernoita;
2. Garanta uma fiscalização eficaz, através da Polícia Municipal, das zonas indevidamente ocupadas por autocaravanas e carrinhas;



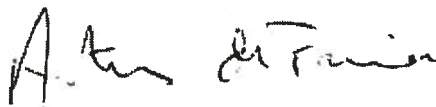
3. Encete contactos com a Administração do Porto de Lisboa, de modo a encontrar uma solução segura para os espaços sob a sua jurisdição, que garanta a preservação dos espaços e das zonas envolventes.

Delibere ainda:

Enviar a presente recomendação para Enviar a presente recomendação à Administração do Porto de Lisboa (APL), Associação de Auto Caravanista de Portugal (CPA), Clube de Campismo de Lisboa, Junta de Freguesia da Estrela , vencedores do “Projecto nº81- Parque para autocaravanas” do Orçamento Participativo de 2015 e à Academia Life Club.

Lisboa, 08 de Maio de 2018

P'los Deputados Municipais do Partido da Terra



- José Inácio Faria-



The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that every entry, no matter how small, should be carefully documented to ensure the integrity of the financial data. This includes recording dates, amounts, and the nature of the transactions.

The second part of the document outlines the procedures for reconciling the accounts. It states that the accounts should be reconciled at the end of each month to identify any discrepancies. This process involves comparing the internal records with the bank statements and ensuring that they match.

The third part of the document describes the methods for analyzing the financial data. It suggests that the data should be analyzed on a regular basis to identify trends and patterns. This can help in making informed decisions about the future of the organization.

The fourth part of the document discusses the importance of transparency in financial reporting. It states that all financial information should be clearly and honestly reported to the stakeholders. This helps in building trust and ensuring that the organization is operating in a responsible manner.

The fifth part of the document outlines the responsibilities of the financial team. It states that the team should be responsible for maintaining the records, reconciling the accounts, and analyzing the data. They should also be responsible for reporting the financial information to the management and the board of directors.

The sixth part of the document discusses the importance of staying up-to-date with the latest financial regulations and standards. It states that the financial team should regularly review the relevant laws and standards to ensure that the organization is in compliance.

The seventh part of the document outlines the procedures for handling financial emergencies. It states that the financial team should have a plan in place to deal with any unexpected financial challenges. This plan should include steps for identifying the problem, assessing the impact, and taking action to resolve the issue.

The eighth part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all financial transactions. It states that every transaction should be recorded in a clear and concise manner, and that the records should be kept for a sufficient period of time to allow for future reference.

The ninth part of the document outlines the procedures for auditing the financial records. It states that the financial records should be audited regularly to ensure their accuracy and reliability. This process involves a thorough review of the records and the verification of the transactions.

The tenth part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all financial transactions. It states that every transaction should be recorded in a clear and concise manner, and that the records should be kept for a sufficient period of time to allow for future reference.